

Maquiavel e o espelho do poder: uma leitura sobre o estado, a política e o homem na realidade brasileira contemporânea

Machiavelli and the mirror of power: a reading on the State, Politics and Man in contemporary Brazilian reality

Vitor Porto Fonseca Gonçalves¹

Natália Romão Barroso²

João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior³

Carlos Eduardo Artiaga Paula⁴

Orientadores: Prof. Dr. João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior e Prof. Dr. Carlos Eduardo Artiaga Paula

¹ Graduado em Direito (pela UNIPAM), Pós-graduado em Ciências Penais e Segurança Pública pelo (Centro de Ensino Superior de São Gotardo – CESG), Pós-graduado Master em Liderança e Gestão Pública (pelo Instituto Superior de Educação de São Paulo), Mestrando em Administração Pública (pela UFV – Campus Rio Paranaíba). Atualmente é advogado. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5895359711060298>. E-mail: vitor.f@ufv.br

² Graduada em Direito pelo Centro Universitário de Patos de Minas/MG - UNIPAM; Pós- Graduada em Processo Civil pela Universidade Cândido Mendes - Rio de Janeiro/RJ; Pós-Graduada em Direitos Humanos pela Faculdade Única-Minas Gerais; Pós-Graduada em Direito Público, Especialista em Direito Penal Internacional pela Case Western Reserve University - Cleveland, Ohio, EUA; Mestranda pela Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba; Conciliadora Judicial formada pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4393501910954179>. E-mail: natalia.a@ufv.br

³ Professor Titular de Sociologia da Universidade Federal de Viçosa - Campus Rio Paranaíba Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS). Pós-doutor em Sociologia pelo Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutor em Ciências Sociais (Sociologia) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Ciências Sociais (Sociologia) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Bacharel e Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0629454650685817>. E-mail: joao.melo@ufv.br

⁴ Professor titular e Coordenador do PROFIAP na Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba. Doutor pelo programa interdisciplinar em promoção da saúde pela Universidade de Franca - SP. Graduado e mestre em direito pela Universidade Federal de Uberlândia. Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade Anhanguera-Uniderp Docente do magistério superior da Universidade Federal de Viçosa, campus de Rio Paranaíba-MG na área de direito e também coordenador e docente no Mestrado Profissional em Administração Pública - Profiap na mesma Universidade. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3708562405604246>. E-mail: carlosartiaga@ufv.br

Resumo

Este artigo investiga a permanência do pensamento político de Nicolau Maquiavel, especialmente exposto na obra *O Príncipe*, no campo da prática governamental e da retórica política brasileira, como instrumento analítico para compreensão das práticas de poder no Brasil contemporâneo, entre os anos de 2020 e 2025. A partir de uma abordagem qualitativa e teórico-interpretativa, o estudo explora os conceitos de *virtù*, *fortuna*, moral mundana e razão de Estado, analisando sua aplicabilidade à conduta de atores políticos brasileiros, como Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva. A pesquisa revela que o pragmatismo maquiavélico ainda opera como fundamento da racionalidade política no país, especialmente em contextos de instabilidade, como crises sanitárias, polarização social e disputas institucionais. Conclui-se que a lógica da manutenção do poder, mesmo à custa da ética pública, evidencia a atualidade inquietante do realismo político maquiavélico na democracia brasileira.

Palavras-chave: Maquiavel; *virtù*; *fortuna*; moral mundana; política brasileira contemporânea.

Abstract

This article investigates the permanence of Niccolò Machiavelli's political thought, especially as expressed in his work *The Prince*, as an analytical lens for understanding the practices of power in contemporary Brazil, between 2020 and 2025. Using a qualitative and theoretical-interpretative approach, the study explores the concepts of *virtù*, *fortuna*, worldly morality and reason of state, analyzing their applicability to the conduct of Brazilian political actors, such as Jair Bolsonaro and Luiz Inácio Lula da Silva. The research reveals that Machiavellian pragmatism still operates as a matrix of political rationality in the country, especially in contexts of instability, such as health crises, social polarization and institutional disputes. It is concluded that the logic of maintaining power, even at the expense of public ethics, highlights the disturbing relevance of Machiavellian political realism in Brazilian democracy.

Keywords: Machiavelli; *virtù*; *fortuna*; worldly morality; contemporary Brazilian politics.

1. Introdução

Nascido em Florença, em 1469, Nicolau Maquiavel viveu em um dos períodos mais turbulentos da história italiana, marcado por guerras entre principados, instabilidade institucional e sucessivas intervenções estrangeiras. Atuou como chanceler da Segunda Chancelaria de Florença e como diplomata entre 1498 e 1512, experiências que moldaram seu pensamento político e lhe proporcionaram um conhecimento prático dos jogos de poder. Após a restauração dos Médici ao poder e sua consequente prisão e afastamento da vida pública, Maquiavel redigiu sua obra mais conhecida, *O Príncipe*, dedicada a Lourenço de Médici.

A obra, publicada postumamente em 1532, rompe com a tradição da filosofia política clássica herdada de Platão, Aristóteles e da escolástica cristã, ao defender que o sucesso político não depende de virtudes morais absolutas, mas da capacidade do governante de agir conforme a necessidade. Como afirma o autor: “*um homem que quiser fazer profissão de bondade em todos os atos está fadado à ruína entre tantos que não são bons*” (MAQUIAVEL, 2019, p. 78). Nesse sentido, surge o conceito de moral mundana: uma ética pragmática voltada à manutenção do poder e da estabilidade estatal, distinta da moral transcendental.

Outro conceito essencial é o de *virtù*, que se diferencia radicalmente da virtude cristã, associada à obediência moral e à bondade como absolutos. A *virtù*, para Maquiavel, é a arte da ação política como exercício de vontade, coragem e engenhosidade diante das adversidades; uma força de criação e transformação que exige não apenas inteligência fria, mas também a audácia de romper com convenções. Diferentemente da virtude passiva que se contenta em ser, a *virtù* é ativa, propositada; é “*a disposição do espírito para criar e resistir, modelar a ação ao contexto e, sobretudo, deusar-se naquilo que a fortuna ameaça*” (MAQUIAVEL, 2019, p. 121).

Isso significa que o governante virtuoso não busca ser bom no sentido moral, sobretudo porque sabe que o homem não é bom por natureza, mas sim ser eficaz. Ele se antecipa às crises, constrói instituições, gera consensos quando possível e não hesita em usar a dissimulação, a violência ou o favor para preservar o poder. Nesse sentido, a *virtù* é uma exigência de responsabilidade política: a habilidade de manter o Estado em pé, em meio aos conflitos, sem cair em complacência ética. É uma virtude que combina intelecto, caráter e pragmatismo.

Nesse sentido, *virtù* e *fortuna* não são conceitos que se anulam, mas dimensões complementares que se entrelaçam na organização da ação política. Se a *virtù* representa a capacidade racional, estratégica e, muitas vezes, imoral do governante moldar a realidade à sua vontade, a *fortuna* simboliza o imprevisível, o acaso, o movimento cíclico e desgovernado dos eventos históricos. Como um rio impetuoso, a *fortuna* pode destruir cidades inteiras quando o príncipe não constrói diques de contenção.

A *virtù*, nesse contexto, é o que resta de liberdade dentro de uma realidade muitas vezes hostil; é a aposta na agência, mesmo diante da incerteza. A *fortuna*, por outro lado, é o lembrete de que nenhum poder é absoluto e que até os mais bem preparados estão sujeitos às marés da conjuntura. A distinção, portanto, entre o governante eficaz e o fracassado não está em evitar a

fortuna, mas em reconhecer seu movimento e intervir no momento propício, aplicando a ação estratégica com sabedoria política e senso de oportunidade.

Ao separar a política da moral religiosa e da filosofia clássica, Maquiavel não defende o cinismo absoluto, mas sim a construção de uma moral política ancorada na realidade empírica. Seu legado, segundo Berlin (2002), está em ter sido o primeiro pensador a reconhecer os conflitos irreconciliáveis entre valores políticos, abrindo caminho para a teoria do conflito e da escolha trágica. Assim, o pensamento maquiavélico permite analisar o poder não a partir do que ele deveria ser, mas do que ele de fato é.

2. Referencial teórico: o pensamento político de Maquiavel e a fundação da razão de Estado

A compreensão da política como campo de disputa, interesse e exercício racional do poder encontra em Nicolau Maquiavel (1469–1527)⁵ uma de suas formulações mais duradouras e influentes, não apenas por ter descrito a dinâmica interna do poder com uma clareza inédita, mas por ter estabelecido uma matriz interpretativa que permanece operante nos estudos contemporâneos sobre governança, liderança e estratégias políticas. Sua obra fundamenta a ideia de que a política não é extensão natural da moralidade individual, mas sim um território autônomo, marcado pela ambivalência entre necessidade e liberdade, prudência e ousadia. Maquiavel foi pioneiro ao propor que, para compreender a conduta dos governantes, é preciso considerar que a busca pela manutenção do poder obedece a lógicas próprias, que incluem a dissimulação, a negociação, o uso calculado da violência e a gestão da aparência.

Essa perspectiva teórica continua a inspirar análises sobre regimes democráticos e autoritários, sobretudo em contextos de alta instabilidade institucional. O pensamento maquiavélico oferece, assim, um arcabouço analítico privilegiado para examinar como líderes políticos se movimentam diante de crises, como constroem consensos ou exploram divisões, e como articulam interesses divergentes em nome da sobrevivência política. Ao longo dos séculos, essa visão da política como esfera singular, desvinculada da moral privada, tornou-se um dos pilares do realismo político moderno e mantém seu potencial explicativo nas reflexões atuais sobre a prática do poder.

Maquiavel inaugura assim uma nova racionalidade que considera a política como esfera independente, ao romper com a tradição medieval que subordinava a política à moral cristã, dotada de regras, estratégias e objetivos. Sua obra *O Príncipe*, escrita em 1513, tornou-se uma referência obrigatória nos estudos de ciência política e filosofia do poder por apresentar uma visão pragmática e realista da ação política (RIDOLFI, 2023).

⁵ Nicolau Maquiavel foi um diplomata, historiador e pensador político florentino do Renascimento. É considerado o fundador da ciência política moderna, notadamente por dissociar a política da moral cristã e propor sua análise a partir de critérios empíricos e estratégicos. Sua obra mais conhecida, “*O Príncipe*” (1513), introduziu conceitos como *virtù*, *fortuna* e razão de Estado, estabelecendo as bases do realismo político.

A relevância de se analisar o pensamento maquiavélico reside na constatação de que muitos dos elementos centrais por ele formulados continuam a moldar, direta ou indiretamente, práticas de governança contemporâneas, inclusive em regimes democráticos. No caso brasileiro, o período de 2020 a 2025 tem sido marcado por profundas instabilidades institucionais, polarização social, crises sanitárias e disputas eleitorais intensificadas, um cenário especialmente propício à mobilização de estratégias políticas alinhadas ao legado teórico de Maquiavel. A fragmentação do debate público, o enfraquecimento da confiança nas instituições democráticas, os embates entre Poderes da República e a mobilização emocional de massas via redes sociais configuram um campo político onde a dissimulação, a manipulação simbólica e o cálculo estratégico tornam-se armas decisivas na luta pela hegemonia.

Nesse contexto, as lideranças políticas passaram a operar com base em instrumentos típicos da *virtù* maquiavélica como a capacidade de adaptação, o uso racional da comunicação, a construção de inimigos comuns e o controle da narrativa ao mesmo tempo em que buscavam se beneficiar das oportunidades geradas pela fortuna, como crises imprevistas ou reconfigurações institucionais. A pandemia de COVID-19, por exemplo, revelou como a ação política pode alternar entre a paralisia institucional e a centralização autoritária, entre discursos científicos e negacionistas, sempre subordinada à lógica da sobrevivência no poder. Em suma, a conjuntura brasileira recente oferece não apenas terreno fértil para se aplicar as categorias maquiavélicas, mas evidencia o quanto essas categorias seguem operantes na realidade política contemporânea.

Esse recorte temporal no Brasil revela um ambiente político permeado por rupturas institucionais, tentativas de tensionamento entre os Poderes, discursos de descrédito às urnas eletrônicas, judicializações constantes da política e um forte apelo ao populismo. A pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, agravou ainda mais a instabilidade, escancarando falhas na coordenação federativa e gerando disputas entre governadores, prefeitos e o governo central. Paralelamente, o uso estratégico das redes sociais como ferramenta de manipulação da opinião pública, a instrumentalização de políticas sociais com fins eleitorais e a construção de inimigos simbólicos revelam um *modus operandi* que ecoa diretamente a lógica maquiavélica de manutenção do poder. Trata-se, portanto, de um período fértil para se aplicar uma leitura fundamentada em *virtù*, *fortuna* e razão de Estado, pois muitos dos acontecimentos e escolhas políticas desse ciclo não se explicam apenas à luz das instituições democráticas formais, mas sim pelo cálculo, pela oportunidade e pela luta pela hegemonia.

Este artigo tem como objetivo geral analisar em que medida os conceitos políticos fundamentais de Maquiavel como *virtù*, *fortuna*, moral mundana e razão de Estado podem ser utilizados para interpretar ações e decisões políticas no Brasil recente. Como objetivos específicos, busca-se: i) reconstruir os fundamentos filosóficos da obra *O Príncipe* à luz da história de seu autor e de sua época; ii) identificar elementos da prática maquiavélica na conduta de líderes políticos brasileiros, com ênfase no ex-presidente Jair Bolsonaro e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva; e iii) discutir os limites éticos da aplicação do pensamento maquiavélico em uma democracia representativa.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-interpretativa, fundamentada na revisão bibliográfica de obras clássicas e contemporâneas, bem como na análise de discursos políticos, decisões governamentais e registros de mídia nacional. A estrutura do artigo compreende o descrito nessa introdução, seguida de um referencial teórico que reconstrói os conceitos centrais de Maquiavel. Em seguida, apresenta-se a contextualização da política brasileira recente à luz desses conceitos, para, por fim, discutir criticamente a permanência e os limites do pensamento maquiavélico no cenário nacional atual.

3. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-interpretativa, com o objetivo de analisar a permanência dos conceitos centrais do pensamento político de Nicolau Maquiavel — especialmente *virtù*, *fortuna*, razão de Estado e moral mundana — na prática governamental brasileira entre os anos de 2020 e 2025.

A estratégia metodológica se apoia em uma análise hermenêutico-analítica, voltada para a interpretação dos discursos, ações e decisões políticas de líderes nacionais, notadamente Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, à luz dos referenciais teóricos clássicos de Maquiavel. A opção por uma abordagem interpretativa justifica-se pelo interesse em compreender o significado e a lógica das práticas políticas observadas, considerando os contextos históricos, sociais e simbólicos em que se inserem.

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental e bibliográfica, com análise de obras clássicas — como *O Príncipe*, de Maquiavel —, literatura secundária de referência (BERLIN, 2002; SKINNER, 2000; DEL LUCHESE, 2015, entre outros), além de reportagens jornalísticas, documentos oficiais, discursos políticos e registros de atos governamentais disponíveis em fontes públicas.

A análise dos dados seguiu uma lógica dedutiva, partindo dos conceitos do pensamento maquiavélico como categorias analíticas para examinar eventos políticos concretos. Foram identificadas situações paradigmáticas nas quais a atuação dos atores políticos demonstrou aderência ou contraposição aos princípios de eficácia, dissimulação, adaptação estratégica e manipulação simbólica, característicos da racionalidade maquiavélica.

O processo de pesquisa envolveu as seguintes etapas: i) levantamento e sistematização dos conceitos-chave da obra de Maquiavel; ii) seleção dos eventos políticos mais relevantes do período de 2020 a 2025, com base em critérios de impacto institucional e simbólico; iii) interpretação crítica desses eventos à luz da literatura científica e do referencial teórico; iv) formulação de inferências sobre a atualidade do pensamento maquiavélico na política administrativa brasileira contemporânea.

Essa metodologia permitiu não apenas identificar padrões de comportamento político coerentes com a teoria maquiavélica, mas também refletir criticamente sobre os limites e tensões da aplicação desse pensamento em regimes democráticos atuais.

4. Fundamentos do realismo político maquiavélico

A obra *O Príncipe*, escrita por Nicolau Maquiavel em 1513 e publicada postumamente em 1532, marca um divisor de águas na história do pensamento político ocidental. Ao separar a política da moral cristã e da filosofia normativa, Maquiavel inaugura uma abordagem realista, pautada na observação empírica da prática dos governantes. A política, para ele, não se baseia no “como deveria ser”, mas no “como é”. A partir dessa ruptura, emergem quatro conceitos essenciais que estruturam sua teoria: *virtù*, *fortuna*, razão de Estado e moral mundana.

A *virtù* representa a capacidade do governante de agir com coragem, astúcia, firmeza e inteligência. Diferentemente da virtude clássica, ligada à moralidade, a *virtù* maquiavélica está voltada para a eficácia da ação política. Já a *fortuna* simboliza os fatores aleatórios e incontroláveis da realidade: uma espécie de força do acaso que desafia constantemente a capacidade humana de controlar os rumos do poder. Ambas as categorias se interligam, pois, segundo Maquiavel, “*é melhor ser impetuoso do que prudente, porque a fortuna é mulher, e deseja ser dominada por quem a subjuga*” (MAQUIAVEL, 2019, p. 123).

A noção de razão de Estado surge como desdobramento da articulação entre esses dois conceitos. Embora não sistematizado por Maquiavel com esse termo específico, seu pensamento antecipa a ideia de que a preservação do Estado justifica ações que, em outros contextos, seriam imorais. A famosa máxima maquiavélica, “*os fins justificam os meios*”, apesar de não constar literalmente em suas obras, sintetiza esse raciocínio. No capítulo XVIII de *O Príncipe*, Maquiavel afirma: “*um príncipe prudente não pode, nem deve, manter a palavra dada, quando essa observância se volta contra ele*” (MAQUIAVEL, 2019, p. 88). A mentira, o engano e o uso estratégico da aparência são, portanto, instrumentos legítimos da política.

É nesse horizonte que se insere o conceito de moral mundana: uma ética que abandona os valores absolutos da tradição cristã e se ancora na lógica do mundo real, terreno e mutável. Em lugar de princípios transcendentais e universais como a caridade, a humildade ou o amor ao próximo, Maquiavel propõe uma moral política fundada na prudência, no cálculo estratégico e na adaptação às circunstâncias concretas do poder. Trata-se de uma ética funcional que, como citado, valoriza os fins mais do que os meios, e que tem como critério fundamental de avaliação a eficácia das ações do governante na preservação do Estado. O governante não deve buscar ser bom, mas parecer bom sempre que isso for útil; não deve evitar a crueldade, mas saber empregá-la de forma precisa e controlada, se necessária à manutenção da ordem. Como afirma Maquiavel: “*É necessário que um príncipe queira aprender a poder não ser bom, e a usá-lo ou não conforme a necessidade*” (MAQUIAVEL, 2019, p. 85).

Esses conceitos estão ancorados em uma visão antropológica pessimista. O homem, para Maquiavel, é egoísta, volúvel e movido por interesses. “*Os homens são ingratos, volúveis, simuladores e dissimuladores, inimigos do perigo e ávidos de lucro*” (MAQUIAVEL, 2019, p. 87). Portanto, o Estado surge como forma de conter os impulsos destrutivos da natureza humana, garantindo a ordem e a segurança. O príncipe não governa com base na bondade, mas na necessidade de manter o Estado firme diante da inconstância humana e da volatilidade dos acontecimentos.

Nesse sentido, Maquiavel redefine o papel do governante: não é aquele que encarna uma moral elevada, mas aquele que sabe agir estrategicamente para assegurar a continuidade do poder e do Estado. A política, então, torna-se uma arte da prudência e da adaptação. O Estado, por sua vez, longe de ser um instrumento moral, assume sua função primordial como garantia da estabilidade institucional diante do caos permanente das relações humanas.

4.1 *Virtù: a excelência política como capacidade estratégica*

No pensamento de Nicolau Maquiavel, o conceito de *virtù* é central e representa uma ruptura significativa com a noção clássica de virtude moral. Enquanto a tradição greco-cristã via a virtude como adesão a princípios éticos superiores, Maquiavel redefine a *virtù* como a capacidade prática de agir com eficácia diante das circunstâncias políticas. Trata-se de uma combinação de coragem, inteligência, audácia, astúcia e senso de oportunidade. O governante virtuoso é aquele que molda os acontecimentos conforme sua vontade, em vez de ser moldado por eles (MAQUIAVEL, 2019), conforme já retratado.

Segundo o autor florentino, *virtù* não é sinônimo de bondade, mas de eficácia. “*É necessário, pois, a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom, e a usar ou não usar essa capacidade conforme a necessidade*” (MAQUIAVEL, 2019, p. 66). Essa perspectiva rompe com a moralidade tradicional e instaura uma nova ética centrada no sucesso e na conservação do poder.

A *virtù* exige, portanto, que o líder seja flexível, estratégico e, quando necessário, implacável. Em *O Príncipe*, Maquiavel não apenas descreve essa qualidade como uma habilidade política superior, mas a encarna na figura de Cesare Borgia, um dos raros exemplos históricos que, segundo ele, soube combinar decisão rápida, cálculo preciso e uso eficaz da força. Borgia, ao conquistar a Romanha, enfrentou o desafio de pacificar uma região marcada pelo caos e pela desordem. Para isso, nomeou um agente cruel, Remirro de Órcio, encarregado de impor a ordem com rigor. Quando a estabilidade foi alcançada, mandou executá-lo publicamente — uma manobra simbólica que não apenas garantiu a paz, mas também consolidou sua imagem perante o povo.

Maquiavel narra esse episódio como um modelo de “*crueldade bem usada*”, afirmando: “*Considero louvável iniciar com violências e crueldades, desde que sejam bem empregadas e convertam-se depois em benefícios*” (MAQUIAVEL, 2019, p. 43). Aqui, nota-se que a crueldade não é um vício, mas um instrumento político, desde que utilizada com finalidade estratégica clara e bem delimitada. A *virtù*, nesse caso, está em reconhecer a necessidade da violência inicial e saber controlá-la, evitando que ela se torne gratuita ou contínua.

Essa lição revela a natureza profundamente pragmática e utilitária da política em Maquiavel: o governante não pode se guiar por princípios morais abstratos, mas pelas exigências da realidade, onde a ordem e a estabilidade são bens políticos supremos. O exemplo de Borgia serve, portanto, não como apologia da tirania, mas como ilustração da arte de governar em contextos adversos. É a reafirmação da ideia de que a grandeza de um príncipe não está em sua piedade,

mas em sua capacidade de agir com eficácia diante da *fortuna* e das contingências históricas, mesmo que isso exija decisões duras e moralmente desconfortáveis.

Essa lógica estratégica da *virtù* não se encerra no Renascimento. Ela encontra expressão também em líderes políticos contemporâneos que, à semelhança de Borgia, são desafiados a manter a ordem e o controle em meio ao caos. No cenário brasileiro recente, marcado por polarização ideológica, crises sanitárias e instabilidade institucional, observa-se a atuação de figuras que, com maior ou menor sucesso, mobilizam a *virtù* para garantir sua permanência no poder. A capacidade de articular alianças improváveis, neutralizar adversários, impor agendas mesmo em ambientes hostis e gerir a opinião pública por meio de comunicação estratégica — tudo isso revela a permanência do ideal maquiavélico do governante que age conforme a necessidade.

Autores como Skinner (2000) reforçam que a *virtù* é uma qualidade fundamental para a autonomia da política enquanto campo de ação humana deliberada. Já Berlin (2002) entende a *virtù* como a representação da liberdade do agente político em um mundo incerto e conflituoso.

Assim, no pensamento maquiavélico, a *virtù* é a competência do príncipe de operar em conformidade com a realidade, e não contra ela; de fazer o necessário para manter o Estado e assegurar a ordem, ainda que em detrimento de valores universais. Trata-se de uma política ancorada na efetividade e não na idealidade.

4.2 *Fortuna: a contingência como desafio político*

Fortuna, no pensamento de Maquiavel, refere-se ao conjunto de circunstâncias externas, imprevisíveis e incontroláveis que afetam a ação política. Trata-se de uma metáfora da sorte, do acaso e da volatilidade do mundo social e histórico. Diferentemente da visão clássica, que atribuía à *fortuna* um papel divino ou transcendente, Maquiavel a concebe como uma força natural, comparável a um rio impetuoso que, em tempos de cheia, pode devastar tudo — a menos que sejam tomadas medidas preventivas (MAQUIAVEL, 2019, p. 120).

A famosa imagem de que “*a fortuna é mulher, e é preciso maltratá-la*” (MAQUIAVEL, 2019, p. 123) sintetiza a necessidade de agir com ousadia diante da incerteza. A *fortuna* favorece os audaciosos, aqueles que não se deixam paralisar pelo medo ou pela hesitação. Porém, sua imprevisibilidade exige do príncipe a *virtù* para antecipar riscos, mudar estratégias e explorar oportunidades, conforme já discutido.

Maquiavel reconhece que metade de nossas ações é determinada pela *fortuna*, mas a outra metade depende da nossa capacidade de enfrentá-la: “*julgo ser verdade que a fortuna determina metade de nossas ações, mas que a outra metade, ou um pouco menos, fica para nós mesmos controlarmos*” (MAQUIAVEL, 2019, p. 119). Ou seja, há espaço para a liberdade e para a estratégia, mesmo diante do acaso.

A *fortuna* é, portanto, um teste à capacidade de adaptação. Governantes bem-sucedidos não são os que resistem às mudanças, mas os que se reinventam diante delas. A arte de governar, à luz dessa perspectiva, exige uma leitura sutil dos tempos, uma vigilância constante e a disposição para alterar os rumos sempre que a conjuntura exigir. Como pontua Maquiavel, “*a fortuna é como uma dessas ribeiras impetuosas, que, quando enfurece, arrasta consigo árvores e casas, tudo aquilo que a encontra*” (MAQUIAVEL, 2019, p. 94). O bom príncipe é aquele que, mesmo sem poder controlar o fluxo da *fortuna*, prepara-se para enfrentá-la e dela extrair oportunidades de fortalecimento político.

Para Del Lucchese (2015), *fortuna* não é passividade, mas o “*campo de possibilidades*” diante do qual a ação humana se inscreve. Trata-se de uma arena onde o inesperado se manifesta e onde a política se faz possível justamente porque o futuro não está escrito.

4.3 O Estado, a política e o homem: Maquiavel e a fundação do realismo político moderno

A reflexão de Maquiavel sobre o Estado, a política e o homem funda um novo paradigma no pensamento político ocidental. Essa cisão inaugura o entendimento de que a política deve ser compreendida em seus próprios termos, como uma esfera de relações de força, de estratégias e de contingências que não se confundem com a moral privada ou com os princípios religiosos. Ao romper com a tradição aristotélico-tomista, que vinculava o governo ao ideal do bem comum e à realização da virtude cívica, Maquiavel defende que o governante precisa, antes de tudo, assegurar a estabilidade e a permanência do poder, mesmo que isso implique escolhas consideradas censuráveis sob o ponto de vista ético.

Sua proposta de análise não parte de ideais utópicos nem de prescrições normativas, mas da observação empírica dos fatos, das dinâmicas do poder e da conduta humana. Como ele próprio escreve no prefácio de *O Príncipe*, a obra pretende ser um espelho da realidade política, e não uma projeção de governos ideais. Essa perspectiva transforma a política em objeto legítimo de investigação racional e autônoma, permitindo que se reconheçam e estudem seus mecanismos sem a necessidade de justificá-los por princípios transcendentais.

Ao fazê-lo, o autor desloca o eixo da política do dever-ser para o ser, conferindo-lhe autonomia teórica e prática, abrindo caminho para o surgimento da moderna ciência política. Essa autonomia foi apontada por autores como Skinner (2000) e Althusser (1999) como uma virada conceitual decisiva: ao recusar os referenciais ético-religiosos e enfatizar a eficácia e a prudência como critérios de avaliação, Maquiavel estabelece que o êxito governamental depende da capacidade de agir com liberdade estratégica diante da *fortuna* e da imprevisibilidade da vida coletiva.

O Estado, para Maquiavel, é o instrumento supremo de organização e contenção do conflito. Em um mundo marcado pela instabilidade, ambição e violência, é preciso uma autoridade central que mantenha a ordem e impeça o retorno à barbárie. A fundação do Estado, nesse sentido, não decorre de um contrato social idealizado, mas da força e da sagacidade de quem consegue instituir um poder duradouro. Como ele afirma no capítulo VI de *O Príncipe*, “*todos*

os profetas armados venceram, e os desarmados foram destruídos” (MAQUIAVEL, 2019, p. 47). Ou seja, o êxito político depende da capacidade de impor a ordem e sustentar a autoridade, e não da retórica ou da benevolência.

A política, por sua vez, é compreendida como um campo de disputas, de interesses conflitantes, de alianças estratégicas e de simulações constantes. Longe de ser guiada pela virtude no sentido clássico, ela opera sob os princípios da eficácia e da prudência. O governante bem-sucedido é aquele que compreende a natureza dos homens, reconhece que eles “*são ingratos, volúveis, simuladores e dissimuladores*” (MAQUIAVEL, 2019, p. 87) e, por isso, não se ilude com ideais. A política não pode ser refém da moral; ao contrário, deve se valer da moral apenas enquanto instrumento de legitimidade, sempre subordinado à conservação do poder e à estabilidade do Estado.

Nesse sentido, Maquiavel inaugura uma abordagem que, em vez de propor o que a política deveria ser, ocupa-se em descrever como ela realmente é. A atenção à experiência concreta, em detrimento das abstrações normativas, rompe com a tradição utópica que marcava boa parte da filosofia política anterior, como a de Platão ou de Santo Tomás de Aquino. Com isso, ele transforma a política em objeto autônomo de investigação, dotado de suas próprias leis e exigências, dando origem a um novo campo de saber centrado não na justiça ou na moral, mas na lógica do poder.

Por sua vez, a fundação do realismo político moderno por Maquiavel reside na explicitação de que a política não deve ser julgada segundo os valores do púlpito ou do confessionário, mas pelos critérios do campo onde se dá a luta pelo poder. Essa visão inaugura uma linhagem intelectual que influenciaria profundamente o pensamento político ocidental, de Carl Schmitt a Max Weber, e que segue atual nas análises sobre os dilemas da governança contemporânea.

Logo, o Estado se torna a instituição que garante a sobrevivência do coletivo **em** um mundo em que o conflito é a regra, não a exceção. E a política, por sua vez, é a arte de gerir esse conflito com os instrumentos disponíveis — inclusive, se necessário, com o uso calculado da força e da aparência de virtude.

5. *Virtù* e *fortuna* na política administrativa contemporânea brasileira (2020–2025)

A partir da releitura dos conceitos de *virtù* e *fortuna*, é possível traçar um paralelo analítico entre o pensamento de Maquiavel e os acontecimentos recentes da política administrativa brasileira. De forma notável, o período entre 2020 e 2025 foi marcado por instabilidade institucional, emergência sanitária, polarização ideológica e disputas narrativas, compondo um cenário fértil para observar o funcionamento dos mecanismos do poder segundo a lógica maquiavélica.

A pandemia da COVID-19, deflagrada mundialmente em 2020, representou um evento de *fortuna* por excelência: uma circunstância externa, imprevisível e de alto impacto. Como afirma Maquiavel, “*a fortuna mostra sua força onde não há resistência preparada para enfrentá-la*” (MAQUIAVEL, 2019, p. 121). No Brasil, a crise sanitária exigiu decisões rápidas,

reconfiguração orçamentária, coordenação federativa e gestão estratégica da informação pública. Contudo, em vez de uma atuação centrada na prudência institucional, observou-se a instrumentalização do caos para fins políticos. O então presidente Jair Bolsonaro minimizou os efeitos da pandemia, apostando na retórica do enfrentamento às elites científicas, ao STF e à mídia, alicerçando sua base popular em discursos de ruptura.

Bolsonaro encarnou, nesse contexto, aspectos típicos da *virtù* maquiavélica: ousadia estratégica, uso da imagem pessoal como capital político e constante adaptação à conjuntura. Sua condução da pandemia ignorou protocolos internacionais e apostou na polarização como ferramenta de mobilização, ao mesmo tempo em que liberava auxílios emergenciais — decisão de alto impacto fiscal e político, com efeitos imediatos na aprovação popular. Como bem observa Maquiavel, “*os homens esquecem mais rapidamente a morte do pai do que a perda do patrimônio*” (MAQUIAVEL, 2019, p. 66), o que evidencia o caráter tático dessas medidas.

O caso da nomeação de ministros para o STF e a Polícia Federal, as tensões com governadores e prefeitos, bem como a imposição de decretos e medidas provisórias com forte teor simbólico (como o armamento da população), revelam o uso contínuo da *virtù* para moldar a *fortuna*. O governante, segundo Maquiavel, deve “*fingir, dissimular e simular*” quando necessário, aparecendo virtuoso sem sê-lo de fato (MAQUIAVEL, 2019, p. 87). Tal estratégia foi amplamente empregada na construção de uma imagem de liderança autêntica, anti-establishment, que negava a política tradicional enquanto fazia uso de seus instrumentos.

Com o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência em 2023, após uma intensa disputa judicial e eleitoral, tem-se outro exemplo claro da aplicação dos conceitos maquiavélicos. Lula se valeu da *fortuna* — no caso, da reversão de sua inelegibilidade e do enfraquecimento político do adversário —, mas não apenas disso. Sua volta ao poder em 2023 também revela uma clara manifestação de *virtù*, especialmente na rearticulação de alianças com setores historicamente divergentes, na reaproximação com o centro político e na reconstrução de uma imagem internacional que apostava no discurso da pacificação. Seu retorno exigiu cálculo, disciplina estratégica e domínio do tempo político — elementos centrais da ação virtuosa em Maquiavel —, consolidando sua vitória. Como bem pontua Maquiavel: “*a fortuna demonstra sua força onde não há virtude organizada para resistir-lhe*” (MAQUIAVEL, 2019, p. 95). A vitória de Lula, portanto, foi menos um acidente e mais uma resposta às contingências da história.

A reforma ministerial promovida por Lula, ao compor uma coalizão ampla que incluiu partidos ideologicamente heterogêneos, como União Brasil, MDB e PSD, exemplifica com clareza a aplicação da *virtù* à política administrativa contemporânea. A operação não se alicerçou em princípios programáticos comuns, mas em uma lógica pragmática orientada pela manutenção da governabilidade como imperativo estratégico, mesmo que isso implicasse contradições éticas ou tensionamentos internos na base aliada. A alocação de ministérios, a liberação de emendas parlamentares e o mapeamento de apoios regionais não foram apenas gestos de conciliação, mas expressões de cálculo político racional, tal como sugerido por Maquiavel: “*é necessário saber bem usar a natureza das feras e dos homens*” (MAQUIAVEL, 2019, p. 88).

Sob essa ótica, a coalizão construída não deve ser vista como uma simples articulação democrática, mas como a encarnação da razão de Estado maquiavélica, na qual o bem maior — a estabilidade institucional e a preservação do poder central — justifica concessões, barganhas e alianças táticas. Em vez de moralizar a política, Maquiavel a seculariza: retira o governante do julgamento das virtudes celestes e o submete ao juízo da eficácia terrena. A reforma ministerial, portanto, pode ser interpretada não como uma fragilidade do projeto político, mas como a manifestação de uma estratégia virtuosa adaptada à realidade fragmentada do sistema partidário brasileiro. É nesse sentido que a ética pública, no pensamento maquiavélico, não reside na pureza das intenções, mas na capacidade de conservar o Estado em funcionamento diante da instabilidade e da pluralidade de interesses.

No plano das políticas públicas, tanto o governo anterior quanto o atual recorreram à *virtù* para lidar com os efeitos da *fortuna* — entendida aqui como as flutuações fiscais, crises econômicas, tensões sociais e eventos extraordinários, como a pandemia de COVID-19. Medidas como a promulgação de propostas de emenda à Constituição (PECs) que flexibilizaram o teto de gastos, a reconfiguração de programas sociais, como o Auxílio Brasil e o retorno do Bolsa Família, as reformas administrativas parciais e a condução (ou a negligência estratégica) das campanhas de vacinação não obedeceram, necessariamente, a princípios éticos universais ou à consistência ideológica. Em muitos casos, refletiram decisões pragmáticas voltadas à sobrevivência política, ao controle de danos e à preservação do aparato estatal — ainda que por vias controversas.

Tal cenário ilustra bem a lógica da *virtù* maquiavélica, na qual o governante age de acordo com a necessidade e as exigências do momento histórico, mesmo que precise rever posições anteriores, alterar narrativas ou buscar alianças inesperadas. O que está em jogo não é a coerência moral das ações, mas a sua capacidade de produzir efeitos duradouros no campo do poder. A prática das políticas públicas, nesse contexto, torna-se um instrumento de gestão simbólica e de manipulação da percepção pública, sempre subordinada à lógica da razão de Estado e à conservação da autoridade do governante. Governar, nesse sentido, não é apenas administrar: é interpretar o tempo e responder a ele com a ação necessária.

Portanto, pode-se afirmar que *virtù* e *fortuna* continuam operando como categorias analíticas válidas para compreender o comportamento dos atores políticos brasileiros. Longe de se restringirem a figuras individuais, essas categorias estruturam o modo como o sistema político se organiza diante da incerteza, da disputa e da constante exigência de performance estratégica. O governante moderno, tal como o príncipe renascentista, atua sob a lógica da eficácia, da dissimulação e da flexibilidade — elementos centrais da racionalidade política e administrativa brasileira.

5.1 Estratégias de Bolsonaro e Lula à luz do pensamento maquiavélico

A análise das estratégias políticas de Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2020 e 2025, revela a aplicação prática dos conceitos maquiavélicos de *virtù* e *fortuna*. Ambos os líderes, em contextos distintos, demonstraram habilidades para manipular circunstâncias

adversas e utilizar eventos fortuitos para consolidar e expandir seu poder político, conforme já pontuado.

Jair Bolsonaro, durante seu mandato, enfrentou a pandemia da COVID-19, uma crise sanitária que desafiou lideranças globais. Em vez de adotar uma postura conciliadora, Bolsonaro optou por minimizar a gravidade da situação, promovendo tratamentos sem comprovação científica e desafiando orientações de autoridades de saúde. Essa abordagem pode ser interpretada como uma manifestação de *virtù*, no sentido maquiavélico, na medida em que buscava controlar a narrativa e manter sua base de apoio, mesmo diante de uma *fortuna* desfavorável.

Além disso, Bolsonaro utilizou benefícios sociais, como o Auxílio Brasil, para fortalecer sua imagem junto às camadas mais vulneráveis da população. A expansão do programa e a concessão de empréstimos consignados aos beneficiários foram medidas que, embora criticadas por especialistas, serviram para aumentar sua popularidade em momentos eleitorais decisivos.

Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, retornou ao poder em 2023, após um período de instabilidade política e econômica. Enfrentando um Congresso fragmentado e uma oposição fortalecida, Lula demonstrou *virtù* ao formar uma ampla coalizão governista, incluindo partidos de centro e direita, com o objetivo de garantir a governabilidade. Essa habilidade em articular alianças políticas reflete a capacidade de adaptação, negociação e pragmatismo, características fundamentais defendidas por Maquiavel.

Lula também soube aproveitar a *fortuna* ao implementar políticas públicas que respondiam a demandas sociais urgentes, como a ampliação de cotas para negros e indígenas em concursos públicos federais. Essas ações não apenas atenderam a reivindicações históricas, mas também reforçaram sua imagem como um líder comprometido com a justiça social.

5.2 Citações de notícias contemporâneas que vinculam as atuações dos políticos

Diversas reportagens evidenciam as estratégias maquiavélicas adotadas por ambos os líderes. Por exemplo, a ampliação das cotas raciais em concursos públicos federais por Lula foi destacada pela agência *Associated Press*, ressaltando o compromisso do presidente com a diversidade e a inclusão social.

Por outro lado, a defesa enfática de Lula ao Supremo Tribunal Federal, especialmente ao ministro Alexandre de Moraes, diante de críticas internacionais, reflete sua habilidade em proteger as instituições democráticas e preservar a estabilidade política.

Em relação a Bolsonaro, investigações revelaram que ele e seus aliados tinham ciência da inexistência de fraudes nas urnas eletrônicas, mas, ainda assim, disseminaram informações falsas com o intuito de deslegitimar o processo eleitoral e preparar o terreno para uma possível intervenção militar.

Além disso, denúncias apontam que o governo Bolsonaro identificou zonas eleitorais com tendência de voto favorável a Lula e repassou essas informações à Polícia Rodoviária Federal, que realizou operações em áreas específicas no dia das eleições — o que pode ser interpretado como uma tentativa de manipulação institucional.

6. Análise crítica da política contemporânea à luz de Maquiavel: *virtù*, *fortuna* e moral mundana

A atual conjuntura política brasileira oferece um campo fértil para examinar a vitalidade do pensamento maquiavélico, especialmente em torno dos conceitos de *virtù*, *fortuna* e moral mundana. As práticas e decisões adotadas por líderes evidenciam que, embora o contexto histórico e institucional tenha mudado, os fundamentos da política permanecem ancorados em elementos clássicos do realismo político.

Em primeiro lugar, observa-se que a *virtù*, tal como descrita por Maquiavel, tem sido aplicada como a capacidade de adaptação estratégica ao cenário instável e fragmentado do país. Atos como a deslegitimação de instituições democráticas demonstram o exercício da *virtù* não como excelência moral, mas como instrumento de mobilização contínua de sua base de apoio. A construção de inimigos internos e externos dentro do cenário político atual alinha-se à lógica da polarização como mecanismo de sobrevivência política.

Como afirma Maquiavel: “os homens, em geral, julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, porque a todos é dado ver, mas a poucos tocar” (MAQUIAVEL, 2019, p. 89). O uso calculado de símbolos, aparições públicas e discursos performáticos insere-se exatamente nesse princípio da aparência como ferramenta de poder.

A *fortuna*, por sua vez, desempenha um papel decisivo em momentos críticos. A pandemia de COVID-19, a guerra na Ucrânia e as transformações nos mercados internacionais são elementos imprevisíveis que impactaram diretamente a política. A forma como os governantes reagiram a esses eventos revela sua (in)competência – ou incapacidade – em explorar oportunidades ou minimizar danos.

Contudo, é na dimensão da *moral mundana* que se evidenciam os aspectos mais sensíveis do pensamento maquiavélico no Brasil contemporâneo. A moral tradicional, baseada em valores éticos transcendentais, tem sido progressivamente substituída por uma moral de conveniência, na qual o certo e o errado são definidos em função do objetivo político. Isso se reflete na construção de alianças entre atores antagônicos, como o apoio de partidos conservadores a governos progressistas e vice-versa, revelando que, na arena política, o pragmatismo frequentemente suplanta a coerência ideológica.

A lógica maquiavélica sustenta que “se todos os homens fossem bons, este preceito não seria bom; mas como são maus, e não manteriam sua palavra contigo, tu também não és obrigado a mantê-la com eles” (MAQUIAVEL, 2019, p. 88). Essa ideia parece nortear decisões que servem como moeda de troca para garantir o poder. A política de coalizão, embora necessária à governabilidade, quando conduzida de forma meramente transacional, reproduz o cinismo institucional que Maquiavel diagnosticou no século XVI.

Assim, a política brasileira atual, embora formalmente democrática, ainda carrega, em seu funcionamento interno, mecanismos de racionalidade maquiavélica nos quais a manutenção do poder constitui o fim último, sendo os meios justificados conforme a necessidade. A moral é, nesse contexto, uma ferramenta: utiliza-se quando conveniente e descarta-se quando se torna obstáculo. Essa constatação não implica um juízo de valor, mas sim o reconhecimento de uma realidade política que, como Maquiavel sugeriu, não é guiada por ideais, mas por circunstâncias e estratégias.

7. Conclusão

Ao longo deste artigo, buscou-se analisar a permanência e atualidade do pensamento político de Nicolau Maquiavel como lente analítica para os fenômenos da política administrativa brasileira contemporânea, sobretudo entre os anos de 2020 e 2025. A partir dos conceitos de *virtù*, *fortuna*, razão de Estado e moral mundana, foi possível identificar como os principais líderes do país, notadamente Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, mobilizaram estratégias de poder que dialogam profundamente com os postulados maquiavélicos.

Observou-se que a *virtù*, entendida como capacidade estratégica de adaptação às circunstâncias, e a *fortuna*, como eventos imprevisíveis que desafiam a ordem política, estão na base das decisões de ambos os governantes, ainda que em estilos e contextos distintos. Enquanto Bolsonaro apostou em um modelo de polarização permanente, instabilidade e desafio às instituições, Lula priorizou a rearticulação institucional e a estabilidade, por meio de alianças amplas. Em ambos os casos, notou-se a prevalência de ações guiadas por um realismo político pragmático, no qual a manutenção do poder se sobrepõe à consistência ideológica e à ética normativa.

Contudo, é necessário reconhecer os limites e tensões do pensamento maquiavélico quando aplicado a regimes democráticos contemporâneos. A ênfase na eficácia, na dissimulação e no uso da aparência como instrumento político, embora funcional em determinadas conjunturas, pode comprometer valores fundamentais da democracia, como a transparência, a participação cidadã e o respeito às instituições. A lógica da “moral mundana”, quando levada ao extremo, tende a corroer a confiança pública, legitimar práticas autoritárias e fragilizar o Estado de Direito.

Maquiavel foi, em seu tempo, um pensador revolucionário ao compreender a política como um espaço autônomo de conflito e decisão. No entanto, sua proposta, centrada na razão de Estado e na eficácia da dominação, precisa ser tensionada diante dos desafios éticos da governança contemporânea. A democracia requer mais do que habilidade estratégica; exige compromisso com princípios, respeito à dignidade humana e comprometimento com o bem comum. A condução do poder não pode prescindir da responsabilidade moral, sobretudo em um país marcado por desigualdades históricas, fragilidade institucional e crises recorrentes de legitimidade.

Por isso, propõe-se, ao final deste estudo, uma reflexão crítica sobre a forma como o poder é exercido no Brasil. Reconhecer a atualidade de Maquiavel não significa reproduzir irrefletidamente sua lógica, mas usá-la como instrumento para compreender a política com realismo e, ao mesmo tempo, reafirmar a necessidade de construir uma cultura pública pautada em integridade, diálogo e responsabilidade ética. A verdadeira *virtù* democrática, talvez, consista em saber, como o próprio Maquiavel afirmou, que “*os tempos mudam, e é necessário mudar com eles*”.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Maquiavel e nós*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

DIAS, Bruno. *Pragmatismo e governabilidade: os limites éticos da coalizão no Brasil*. Brasília: ENAP, 2022.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Martin Claret, 2019.

NUNES, Rodrigo. *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu, 2022.

PEREIRA, Carlos. O presidencialismo de coalizão e os dilemas da governabilidade. *Revista Dados*, v. 61, n. 3, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0011-525820222020>.

REZENDE, Flávio. A política de coalizão e a arte de governar. *Revista de Administração Pública*, v. 56, n. 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220210078>.

SILVA, André. As estratégias da aparência: como políticos constroem o real no discurso. *Revista Brasileira de Comunicação Política*, v. 17, 2023. Disponível em: <https://www.rbcpc.art.br>. Acesso em: 15 mai. 2025.

VALOR ECONÔMICO. Bolsonaro e aliados sabiam não haver fraude nas urnas eletrônicas em 2022, diz denúncia da PGR. *Valor Econômico*, 18 fev. 2025. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2025/02/18/bolsonaro-e-aliados-sabiam-no-haver-fraude-nas-urnas-eletronicas-em-2022-diz-denuncia-da-pgr.ghtml>. Acesso em: 3 jun. 2025.

UOL. Testemunha confirma que governo Bolsonaro mapeou locais de votação em Lula para repassar à PRF. *UOL Notícias*, 19 maio 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/05/19/testemunha-confirma-que-governo-bolsonaro-mapeou-locais-de-votacao-em-lula-para-repassar-a-prf.htm>. Acesso em: 3 jun. 2025.

ASSOCIATED PRESS. Brazil expands racial quotas in federal civil service jobs. *AP News*, 22 maio 2025. Disponível em: <https://apnews.com/article/4ae0a4fcb1fa3e86a4cffe8f27b7017c>. Acesso em: 15 mai. 2025.

REUTERS. Lula vows to defend Brazil's Supreme Court after US threats to judge. *Reuters Brasil*, 3 jun. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/lula-vows-defend-brazils-supreme-court-us-threatens-judge-2025-06-03/>. Acesso em: 3 jun. 2025.